



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

Ata de R.P. nº 37/2023

Processo Administrativo nº 2276/2023

**REGISTRO DE PREÇOS PARA MONITORAMENTO, IMPLANTAÇÃO,
CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE TODA VEGETAÇÃO MUNICIPAL, URBANA,
NATIVA E DE RESTINGA**

O Município de Maricá, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Alvares de Castro, nº 346, Centro, Maricá/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.131.075/0001-93, por meio da Secretaria de Cidade Sustentável, aqui representada pelo Senhor Secretário de Cidade Sustentável, **Helter Viana Ferreira de Almeida**, portador da carteira de identidade nº 007547243-1 expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 025.291.597-69, e a empresa **PERFIL X CONSTRUTORA S.A.**, situada na Est. Velha de Maricá, 249, Várzea das Moças, São Gonçalo, RJ, CEP: 24.753-511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.733.497/0001-69, neste ato representado por seu representante legal **Allan Carvalho dos Santos**, portador da carteira de identidade nº 23.815.948-7 expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 127.689.597-66, com contato por e-mail setorengenharia@perfilxconstrutora.com.br e telefone (21) 98556-8541, e por seu representante legal **Fabio Chagas Viana**, portador da carteira de identidade nº 07.683.267-4 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 018.907.207-55, com contato por e-mail setorengenharia@perfilxconstrutora.com.br e telefone (21) 99180-5530, nos termos dos Decretos Municipais nº 158/2018 e nº 611/2020 e suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls. 1378 a 1381, HOMOLOGADA à fl. 1389 ambas do processo administrativo nº 2276/2023 referente ao Pregão Presencial nº 23/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços dos itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, e do Decreto Municipal nº 611/2020.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	VALOR TOTAL SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL COM BDI
1	SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, LABORATÓRIO E CAMPO				R\$ 66.294,61		R\$ 78.872,53
1.1	PREPARO MANUAL DE TERRENO, COMPREENDENDO ACERTO, RASPAGEM EVENTUALMENTE ATÉ 0.30M DE PROFUNDIDADE E AFASTAMENTO LATERAL DO MATERIAL EXCEDENTE, EXCLUSIVE COMPACTAÇÃO	M2	4.200	R\$ 9,33	R\$ 39.186,00	R\$ 11,10	R\$ 46.620,00
1.2	MARCAÇÃO DE OBRA SEM INSTRUMENTO TOPOGRÁFICO, CONSIDERADA A PROJEÇÃO HORIZONTAL DA ÁREA ENVOLVENTE	M2	4.200	R\$ 3,64	R\$ 15.288,00	R\$ 4,33	R\$ 18.186,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

1.3	PROJETO EXECUTIVO PARA TRATAMENTO PAISAGISTICO COM ESPECIFICACAO VEGETAL LEGENDADA E QUANTIFICADA, EM AREAS PUBLICAS, CONSIDERANDO A AREA EFETIVA DE PLANTIO, APRESENTADO EM AUTOCAD NOS PADROES DA CONTRATANTE	HA	0,42	R\$ 28.144,33	R\$ 11.820,61	R\$ 33.491,75	R\$ 14.066,53
2	CANTEIRO DE OBRA				R\$ 154.509,63		R\$ 183.861,30
2.1	ALUGUEL DE CONTAINER PARA ESCRITORIO, MEDINDO 2,20M LARGURA, 6,20M COMPRIMENTO E 2,50M ALTURA, COMPOSTO DE CHAPAS DE ACO C/NERVURAS TRAPEZOIDAIS, ISOLAMENTO TERMO-ACUSTICO NO FORRO, CHASSIS REFORCADO E PISO EM COMPENSADO NAVAL, INCLUINDO INSTALACOES ELETRICAS, EXCLUSIVE TRANSPORTE (VIDE ITEM 04.005.0300) ECARGA E DESCARGA (VIDE ITEM 04.013.0015)	UNXMES	48	R\$ 641,94	R\$ 30.813,12	R\$ 763,90	R\$ 36.667,20
2.2	ALUGUEL DE BANHEIRO QUIMICO, PORTATIL, MEDINDO 2,31M ALTURA X 1,56M LARGURA E 1,16M PROFUNDIDADE, INCLUSIVE INSTALACAO E RETIRADA DO EQUIPAMENTO, FORNECIMENTO DE QUIMICA DESODORIZANTE, BACTERICIDA E BACTERIOSTATICA, PAPEL HIGIENICO E VEICULO PROPRIO COM UNIDADE MOVEL DE SUCCAO PARA LIMPEZA	UNXMES	48	R\$ 1.237,50	R\$ 59.400,00	R\$ 1.472,62	R\$ 70.685,76
2.3	CERCA PROTETORA DE BORDA DE VALA OU OBRA, COM TELA PLASTICA NA COR LARANJA OU AMARELA, CONSIDERANDO 2 VEZES DE UTILIZACAO, INCLUSIVE APOIOS, FORNECIMENTO, COLOCACAO E RETIRADA	M2	862,50	R\$ 1,02	R\$ 879,75	R\$ 1,21	R\$ 1.043,62
2.4	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS, INCLUSIVE ESCAVACAO, EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	4	R\$ 4.433,86	R\$ 17.735,44	R\$ 5.276,29	R\$ 21.105,16
2.5	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA ELETRICA, EM BAIXA TENSÃO, PARA CANTEIRO DE OBRAS, M3-CHAVE 100A, CARGA 3KW, 20CV, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	4	R\$ 2.327,81	R\$ 9.311,24	R\$ 2.770,09	R\$ 11.080,36
2.6	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA, TIPO BANNER/PLOTTER, CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL, INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	144	R\$ 252,57	R\$ 36.370,08	R\$ 300,55	R\$ 43.279,20
3	TRANSPORTES				R\$ 62.716,68		R\$ 74.631,00
3.1	TRANSPORTE DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006, EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA (VIDE ITEM 04.013.0015)	UNXKM	200	R\$ 34,44	R\$ 6.888,00	R\$ 40,98	R\$ 8.196,00
3.2	CARGA E DESCARGA DE CONTAINER, SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006	UN	4	R\$ 88,62	R\$ 354,48	R\$ 105,45	R\$ 421,80
3.3	RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA COM CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE E DESCARREGAMENTO.CUSTO POR UNIDADE DE CACAMBA E INCLUI A TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS AUTORIZADOS	UN	180	R\$ 308,19	R\$ 55.474,20	R\$ 366,74	R\$ 66.013,20
4	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				R\$ 448.591,31		R\$ 533.817,20
4.1	REMOCAO DE TERRA OU ENTULHO, A PA, ATE A DISTANCIA HORIZONTAL DE 5,00M	M3	60,62	R\$ 27,99	R\$ 1.696,75	R\$ 33,30	R\$ 2.018,64
4.2	ARRANCAMENTO DE CERCAS DE MOIROES E ARAME FARPADO	M	600	R\$ 7,46	R\$ 4.476,00	R\$ 8,87	R\$ 5.322,00
4.3	CERCA DIVISORIA EM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, TRATADA, MODULO DE 12,30M, COM DIAMETRO DE 0,15M, ALTURA VARIÁVEL DE 1M A 1,50M LIVRE, 1M ENTERRADO, ESPACADOS DE 1,35M COM 5 FIOS CORRIDOS DE ARAME GALVANIZADO Nº12(MODULO)	UN	212	R\$ 2.086,88	R\$ 442.418,56	R\$ 2.483,38	R\$ 526.476,56



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

5	SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS				R\$ 760.187,29		R\$ 896.381,36
5.1	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA VEGETAL, CONSIDERANDO 4 MUDAS/M2, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA PLANTA	M2	602	R\$ 2,01	R\$ 1.210,02	R\$ 2,39	R\$ 1.438,78
5.2	ESPÉCIES VEGETAIS COM APROXIMADAMENTE 30CM DE ALTURA, TIPO ARBUSTO DRACENA DE MADAGASCAR (DRACAENA MARGINATA), ARBUSTO CLUSIA (CLUSIA FLUMINENSIS) OU SIMILAR. FORNECIMENTO	UN	2.408	R\$ 14,85	R\$ 35.758,80	R\$ 16,33	R\$ 39.322,64
5.3	ESPÉCIES VEGETAIS NATIVAS COM CAP (CIRCUNFERÊNCIA NA ALTURA DO PEITO) VARIANDO ENTRE 0,10M E 0,15M E ALTURA ENTRE 2,50M E 3,00M. FORNECIMENTO.	UNID	290	R\$ 133,65	R\$ 38.758,50	R\$ 147,01	R\$ 42.632,90
5.4	IRRIGACAO DE ARVORE E/OU PALMEIRA COM CAMINHAO PIPA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DA ÁGUA	UN	410.740	R\$ 1,00	R\$ 410.740,00	R\$ 1,19	R\$ 488.780,60
5.5	MANUTENCAO E RECOMPOSICAO DE AREAS AJARDINADAS, CORTE DE FOLHAS E RAMOS SECOS, RETIRADA DE PARASITAS, LIMPEZA E REPLANTIO DE ARBUSTOS (1 VEZ POR SEMANA)	M2	231.000	R\$ 0,87	R\$ 200.970,00	R\$ 1,03	R\$ 237.930,00
5.6	ENCHIMENTO DE CAVAS, SENDO UM TERCO COM TERRA PRETA VEGETAL	M3	60,68	R\$ 102,55	R\$ 6.222,73	R\$ 122,03	R\$ 7.404,78
5.7	GEL PARA PLANTIO (POLÍMERO HIDRORRETENTOR) DE MUDAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS ARBÓREAS PARA REFLORESTAMENTO, INCLUSIVE APLICAÇÃO NA COVA, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL, E MEDIDO POR COVA.	UNID	2.800	R\$ 1,10	R\$ 3.080,00	R\$ 1,30	R\$ 3.640,00
5.8	FIO DE NYLON.FORNECIMENTO	KG	29,12	R\$ 96,82	R\$ 2.819,39	R\$ 106,50	R\$ 3.101,28
5.9	AMARRIO DE MUDAS DE ARVORES AO TUTOR, INCLUSIVE ESTACA MANGUE	UNIDADE	2.427	R\$ 17,35	R\$ 42.108,45	R\$ 20,64	R\$ 50.093,28
5.10	PLANTIO DE ARVORE ISOLADA ATÉ 2,00M DE ALTURA, DE QUALQUER ESPÉCIE, EM LOGRADOURO PÚBLICO, INCLUSIVE TRANSPORTE, TERRA PRETA SIMPLES E ESTACA DE MADEIRA(TUTOR), EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DA ARVORE	UN	290	R\$ 63,86	R\$ 18.519,40	R\$ 75,99	R\$ 22.037,10
6	FUNDAÇÕES				R\$ 376.120,00		R\$ 447.580,00
6.1	CRAVACAO DE ESTACA EM MADEIRA DE REFLORESTAMENTO, COM DIAMETRO DE 25CM, INCLUSIVE FORNECIMENTO DA ESTACA	M	2.000	R\$ 188,06	R\$ 376.120,00	R\$ 223,79	R\$ 447.580,00
7	REFLORESTAMENTO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL				R\$ 19.628.741,06		R\$ 23.353.322,05
7.1	MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS, TIPO PAU BRASIL OU SIMILAR, COM APROXIMADAMENTE 1,00M DE ALTURA. FORNECIMENTO	UN	2.408	R\$ 11,88	R\$ 28.607,04	R\$ 13,06	R\$ 31.448,48
7.2	MUDAS DE ESPÉCIES VEGETAIS NATIVAS TIPO PAU BRASIL OU SIMILAR, COM APROXIMADAMENTE 30CM DE ALTURA. FORNECIMENTO	UN	2.408	R\$ 8,91	R\$ 21.455,28	R\$ 9,80	R\$ 23.598,40
7.3	PREPARO DE PIQUETES DE BAMBU DE 1,00M DE ALTURA, PARA ALINHAMENTO E MARCAÇÃO DE COVAS.CUSTO VÁLIDO PARA CADA 100 UNIDADES	UN	24	R\$ 9,36	R\$ 224,64	R\$ 11,13	R\$ 267,12
7.4	PLANTIO DE MUDAS EXÓTICAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS ATÉ 0,30M DE ALTURA, EM SACOS PLÁSTICOS, EXCLUSIVE AS MUDAS.CUSTO VÁLIDO PARA CADA 100 UNIDADES	UN	24	R\$ 39,03	R\$ 936,72	R\$ 46,44	R\$ 1.114,56
7.5	PLANTIO DE MUDAS NATIVAS DE ESPÉCIES FLORESTAIS ATÉ 1,00M DE ALTURA, EXCLUSIVE AS MUDAS.CUSTO VÁLIDO PARA CADA 100 UNIDADES	UN	24	R\$ 156,12	R\$ 3.746,88	R\$ 185,78	R\$ 4.458,72
7.6	ABERTURA DE COVA DE 20X20X20CM, INCLUINDO INCORPORAÇÃO DE ESTERCO CURTIDO, PARA PLANTIO DE VEGETAÇÃO CACTACEAS EM ÁREA DE RESTINGA PLANA	UN	7.224	R\$ 0,55	R\$ 3.973,20	R\$ 0,65	R\$ 4.695,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

7.7	ABERTURA DE COVA DE 30X30X30CM, INCLUINDO INCORPORACAO DE ESTERCO CURTIDO, PARA PLANTIO DE VEGETACAO ARBUSTIVA EM AREA DERESTINGA PLANA	UN	249	R\$ 0,66	R\$ 164,34	R\$ 0,78	R\$ 194,22
7.8	APLICACAO DE FORMICIDA GRANULADA.FORNECIMENTO E APLICACAO	HA	5,04	R\$ 355,69	R\$ 1.792,67	R\$ 423,27	R\$ 2.133,28
7.9	APLICACAO DE ADUBO ORGANICO PARA MUDAS NATIVAS DE ESSENCIASFLORESTAIS, POR COVA.FORNECIMENTO E APLICACAO	UN	7.473	R\$ 1,51	R\$ 11.284,23	R\$ 1,79	R\$ 13.376,67
7.10	CONTROLE QUIMICO DE ESPECIES VEGETAIS DE QUALQUER NATUREZA.FORNECIMENTO E APLICACAO	UN	1.018	R\$ 371,01	R\$ 377.688,18	R\$ 441,50	R\$ 449.447,00
7.11	REMOCAO DE ESPECIES VEGETAIS, PORTE MUDA (ATE 2M DE ALTURA), INCLUSIVE CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DO MATERIAL ATE 30KM	UN	5.602	R\$ 26,86	R\$ 150.469,72	R\$ 31,96	R\$ 179.039,92
7.12	PINCELAMENTO EM LESAO DE ESPECIES VEGETAIS DE QUALQUER NATUREZA	UN	374	R\$ 68,16	R\$ 25.491,84	R\$ 81,11	R\$ 30.335,14
7.13	RETUTORAMENTO DE ESPECIES VEGETAIS DE QUALQUER NATUREZA	UN	560	R\$ 29,19	R\$ 16.346,40	R\$ 34,73	R\$ 19.448,80
7.14	TRATAMENTO FITOSSANITARIO PARA O COMBATE A SECA DE ARVORES, COMPREENDENDO:APLICACAO DE FUNGICIDA E REPELENTE E INCORPORACAO DE MATERIAIS PARA ENRIQUECIMENTO DO SOLO, EXCLUSIVE MAO-DE-OBRA	UN	7.103	R\$ 73,84	R\$ 524.485,52	R\$ 87,86	R\$ 624.069,58
7.15	PODA EM ARVORES DE MEDIO E GRANDE PORTE, COMPREENDENDO O EMPREGO DE CAMINHAO, EQUIPADO COM GUINDAUTO, MOTO SERRA, ESCADA, CORDAS, SERROTES, MACHADINHAS, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL RESULTANTE ATE 30KM (VOLUME EM TORNO DE 6M3) E TARIFA DE VAZAMENTO DE MATERIAL DE BOTA-FORA EM ATERRO LICENCIADOS POR ORGAO AMBIENTAL COMPETENTE	UN	7.920	R\$ 983,04	R\$ 7.785.676,80	R\$ 1.169,81	R\$ 9.264.895,20
7.16	PODE LEVE EM ARVORES DE PEQUENO PORTE, COMPREENDENDO O EMPREGO DE CAMINHAO CARROCERIA FIXA DE 7,5T, MOTO SERRA, ESCADA, CORDA, SERROTES, MACHADINHAS, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL RESULTANTE ATE 30KM (VOLUME EM TORNO DE 1M3) TARIFA DE VAZAMENTO DE MATERIAL DE BOTA-FORA EM ATERRO LICENCIADOS POR ORGAO AMBIENTAL COMPETENTE	UN	15.840	R\$ 119,87	R\$ 1.898.740,80	R\$ 142,64	R\$ 2.259.417,60
7.17	DESTOCAMENTO DE ARVORES E RAIZES PROFUNDAS, COM AUXILIO MECANICO	UN	3.168	R\$ 868,77	R\$ 2.752.263,36	R\$ 1.033,83	R\$ 3.275.173,44
7.18	REDUCAO DE RESIDUOS VERDES, ATRAVES DE TRITURADOR DE TRONCOS E GALHOS ACOPLADO NO CAMINHAO EM CAMINHAO FECHADO, INCLUSIVE CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DO MATERIAL RESULTANTE ATE 30KM, INCLUSIVE TARIFA DE VAZAMENTO DE MATERIAL DE BOTA-FORA EM ATERRO LICENCIADOS POR ORGAO AMBIENTAL COMPETENTE	UN	4.752	R\$ 1.057,80	R\$ 5.026.665,60	R\$ 1.258,78	R\$ 5.981.722,56
7.19	SERVICOS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DOS ELEMENTOS ARBOREOS PARA VERIFICACAO DO GRAU DE FITOSSANIDADE DO ELEMENTO E A QUALIDADE DOS TRONCOS, UTILIZANDO A TECNOLOGIA DE EQUIPAMENTO PROVIDA COM SENSORES DE IMPULSO, DOTADO DE BATERIA E CONEXAO USB OU SEM FIO INTEGRADO AO NOTEBOOK COM SOFTWARE PROPRIO PARA REPRODUCAO DO LAUDO TECNICO	UM	264	R\$ 3.783,06	R\$ 998.727,84	R\$ 4.501,84	R\$ 1.188.485,76
8	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ENCARGOS COMPLEMENTARES				R\$ 1.785.979,00		R\$ 2.125.315,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL, UNIDADE DE REFERÊNCIA E ENCARGOS COMPLEMENTARES	%	100	R\$ 17.859,79	R\$ 1.785.979,00	R\$ 21.253,15	R\$ 2.125.315,00
9	EQUIPAMENTOS				R\$ 3.181.834,44		R\$ 3.786.382,92
9.1	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS	MÊS	12	R\$ 265.152,87	R\$ 3.181.834,44	R\$ 315.531,91	R\$ 3.786.382,92
VALOR TOTAL SEM BDI							R\$ 26.464.974,02
VALOR TOTAL COM BDI							R\$ 31.480.163,36

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, conforme prevê o artigo 14, do Decreto Municipal de nº 611/2020.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, como informado no artigo 18, do Decreto Municipal de nº 611/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de 3 três dias úteis, comparecer à Coordenadoria de Contratos e Convênios para assinatura do contrato.

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no Jornal Oficial de Maricá (JOM).

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade.

3.4. O objeto da ata será executado nas unidades requisitantes, sendo o recebimento provisório, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93 e no Edital de Licitação.

3.4.1. A execução do serviço será acompanhada por fiscais, devendo a nota fiscal ou nota-fiscal fatura, estar acompanhada da cópia reprográfica da nota de empenho e contendo o detalhamento em valores unitários dos serviços prestados.

3.5. Se a qualidade do serviço prestado não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será refeito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o serviço apresentar inconformidades que impeçam ou prejudiquem a sua função/destinação, a detentora deverá providenciar o refazimento do mesmo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Secretaria requisitante.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei nº 8.666/93.

4.2. Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas no Edital de convocação, nesta Ata de Registro de Preços e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito ao cancelamento da Ata previsto no artigo 22 do Decreto Municipal nº 611/2020 e às sanções dispostas no artigo 87 e seguintes da Lei nº 8.666/93, abaixo expostas:

I - advertência;

II - multa moratória de 1,0 % (um por cento) sobre o valor do total do Contrato, por dia de atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos;

III – multa de até 5,0 % (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

IV – multa de até 20 % (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

VI - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, prevista na alínea anterior, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, observado, quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

4.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do MUNICÍPIO, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

4.4. As sanções previstas nos itens II, III e IV do item 4.2, poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra.

4.5. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

- 4.6. A aplicação das sanções previstas neste item deverá ser feita pela Autoridade, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 158/2018.
- 4.7. O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.
- 4.8. Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, caso esta tenha se verificado. Caso esta não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após a aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.
- 4.9. A multa prevista no item 4.2 não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.
- 4.10. Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ (PMM), em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los em juízo.
- 4.11. Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do “Termo de Contrato”.
- 5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.
- 5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal nº 158/2018.
- 5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplimento de cada parcela, nos termos da letra “a”, do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dois servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.
- 5.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

- 5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios 0,033% (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro *rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido na legislação serão feito mediante desconto de 0,033% ao mês, pro *rata die*.
- 5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes, após o prazo citado, só poderão ocorrer em periodicidade anual, conforme variação do **INCC-M**, levando em consideração a data base estipulada na proposta.
- 5.5. A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

- 6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos.
- 6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela PMM à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.
- 6.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao Órgão responsável pela Ata de Registro de Preços celebrar promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea d do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 6.2.4. Quando o preço registrado torna-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão responsável pela Ata de Registro de Preços celebrada convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 6.2.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, na forma do art. 22, III, do Decreto Municipal nº 611/2020.
- 6.2.5. Quando o preço registrado torna-se inferior ao preço de mercado e o fornecedor, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão responsável pela Ata de Registro de Preços celebrada poderá liberar o fornecedor do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão responsável pela Ata de Registro de Preços deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I – descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II – não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV – tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão responsável pela Ata de Registro de Preços celebrada.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.2.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

- 7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
- 7.2.2.2. a detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
- 7.2.2.3. a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

- 7.2.2.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- 7.2.2.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
- 7.2.2.6. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
- 7.2.2.7. sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
- 7.2.3. A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.
- 7.2.4. A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.
- 7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
- 7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
- 7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

- 8.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo. Seguem os órgãos participantes do presente registro:

- Secretaria de Cidade Sustentável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

8.2. Os itens decorrentes desta ata serão formalizadas através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. Os itens objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão as mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados ou enviados através de e-mail, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5. O preço a ser pago pela PMM é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela PMM nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à PMM toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.



CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte, conforme artigo 6º do Decreto Municipal 611/2020 e suas alterações:

- I – realizar o controle de quantitativo dos itens registrados nas atas de registro de preços;
- II – publicar trimestralmente no Diário Oficial do Município os preços registrados e suas atualizações;
- III – gerir os pedidos de adesão dos órgãos e entidades não participantes da ata de registro de preços e orientar os procedimentos do órgãos aderente;
- IV – realizar, quando se fizer necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP.

10.2. Compete ao Órgão Requisitante:

- I – convidar por escrito todos os órgãos e entidades do Município para participarem do Registro de Preços;
- II – estabelecer prazo para envio, por parte dos órgãos e entidades convidados, das estimativas individuais de quantidade que seja compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, sendo o mínimo de cinco dias úteis;
- III – consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
- IV – promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;
- V – anexar a pesquisa de mercado realizado pelo Setor de Compras ou pelo próprio Órgão Requisitante, para identificação do valor estimado da licitação;
- VI – confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;
- VII – realizar o procedimento licitatório, bem como os autos dele decorrentes, tais como a assinatura da ata e sua disponibilização aos demais órgãos participantes;
- VIII – realizar ampla pesquisa de preços semestralmente para aferir a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

IX – conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

X – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3. Compete aos órgãos e entidades:

10.3.1. requisitar, via e-mail ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.3.2. emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

10.3.3. observar as determinações do Decreto nº 158/2018.

10.3.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, compete:

I – promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade da contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II – assegurar-se quanto do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III – zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV – informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.4. Compete ao Fornecedor:

10.4.1. fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

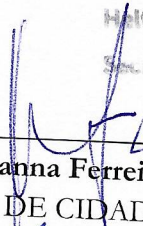
10.4.2. providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;



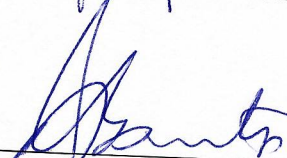
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÓRGÃO GERENCIADOR

- 10.4.3. apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 10.4.4. em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;
- 10.4.5. ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou à terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, data da última assinatura.



Helter Vianna Ferreira de Almeida
SECRETÁRIO DE CIDADE SUSTENTÁVEL



Allan Carvalho dos Santos
PERFIL X CONSTRUTORA S.A.



Fabio Chagas Viana
PERFIL X CONSTRUTORA S.A.

158.733.487/0001-59
PERFIL-X CONSTRUTORA
S.A.
Estrada Vitorino de Alencar, nº 24
CEP 24733-511 - VARZEA DAS MOÇAS
SÃO GONÇALO - RJ